

Sumário

Introdução, 1

1 O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: A RESPONSABILIDADE DO BRASIL, 11

1.1 A responsabilidade internacional por violação dos direitos humanos, 11

1.1.1 O Estado como responsável pela proteção dos direitos humanos perante o Direito internacional e a coerção a que está sujeito, 11

1.1.2 As formas de reparação, 40

1.2 Os tratados internacionais de direitos humanos e as obrigações assumidas pelo Brasil, 49

1.2.1 O sistema global de proteção dos direitos humanos, 49

1.2.2 O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, 53

2 ANÁLISE DAS CRÍTICAS AO INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – IDC, 61

2.1 Das críticas ao incidente de deslocamento de competência – IDC, 61

2.1.1 Argumentos quanto à inconstitucionalidade, 62

2.1.1.1 Violação do pacto federativo, 62

- 2.1.1.2 Afronta aos princípios do juiz natural e do promotor natural, 64
- 2.1.1.3 Ofensa aos princípios da legalidade e do devido processo legal, 72
- 2.1.2 Argumentos quanto à inconveniência, 77
- 2.2 A defesa do incidente de deslocamento de competência, 80
 - 2.2.1 Argumentos pela constitucionalidade, 80
 - 2.2.1.1 Pacto federativo e seus contornos no Brasil, 95
 - 2.2.1.1.1 Técnicas de intervenção, 100
 - 2.2.1.1.1.1 A intervenção política: a ação direta interventiva, 101
 - 2.2.1.1.1.2 A intervenção processual: a presença da União e seu reflexo na competência jurisdicional, 107
 - 2.2.1.1.2 Algumas técnicas de controle e substituição, 111
 - 2.2.1.1.2.1 A garantia da imparcialidade e da celeridade: o desaforamento, 111
 - 2.2.1.1.2.2 A garantia da liberdade de locomoção: o *habeas corpus*, 113
 - 2.2.1.1.3 O deslocamento da competência funcional: a experiência do direito norte-americano, 116
 - 2.2.1.2 Juízo natural e promotor natural: uma correta compreensão dos seus limites e da sua função, 118
 - 2.2.1.3 Princípios da legalidade e do devido processo legal, 141

3 AS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DO IDC: MOTIVO, FINALIDADE, OBJETO, LEGITIMAÇÃO ATIVA, ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO, 147

- 3.1 Os pressupostos objetivos: causa de pedir e interesse, 147
 - 3.1.1 “Hipóteses de grave violação de direitos humanos”, 147
 - 3.1.2 O cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos: a União como violadora e como garante, 157
- 3.2 O objeto, 160
 - 3.2.1 A natureza da atividade afetada, 160
 - 3.2.2 O deslocamento da investigação criminal, 167
 - 3.2.3 O deslocamento da ação penal, 173
- 3.3 Os sujeitos, 184
 - 3.3.1 O Procurador-Geral da República, 184
 - 3.3.2 O Superior Tribunal de Justiça, 197

Considerações Finais, 201

Referências, 219

Bibliografia, 227